

INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

MARÇO/2015

Volume 27 • Número 03



Artigo

Evolução da participação do negro no mercado de trabalho brasileiro – 1993, 2003 e 2013*

Nota técnica

Resultado do RGPS de fevereiro/2015

Expediente

Ministro da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Secretário Executivo
Marcelo de Siqueira Freitas

Secretário de Políticas de Previdência Social
Benedito Adalberto Brunca

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Rogério Nagamine Costanzi

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
Narlon Gutierre Nogueira

Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
Marco Antônio Gomes Pérez

Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários
Emanuel de Araújo Dantas

Corpo Técnico
Andrea Velasco Rufato
Avelina Alves Lima Neta
Carolina Fernandes dos Santos
Carolina Verissimo Barbieri
Edvaldo Duarte Barbosa

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.

Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2318-5759

Correspondência

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios bloco “F” - 7º andar, sala 750 • 70059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408
E-mail: cgep@previdencia.gov.br



Artigo

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO – 1993, 2003 E 2013*

Edvaldo Duarte Barbosa

*Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, lotado na
Coordenação Geral de Estudos Previdenciários da
Secretaria de Políticas de Previdência Social do MPS.*

Carolina Fernandes dos Santos

*Coordenadora de Pesquisas Previdenciárias da
Coordenação Geral de Estudos Previdenciários da
Secretaria de Políticas de Previdência Social do
MPS, Bacharel em Economia pela Universidade de
Brasília (UnB), Mestranda em Economia do Setor
Público pela UnB.*

**As ideias e opiniões expressas nesta nota são de
sua inteira responsabilidade dos seus autores e não
refletem a posição de qualquer instituição à qual*

Introdução

O Brasil ainda convive com uma forte discriminação de gênero e raça, com forte reflexo no mercado de trabalho, onde mulheres e negros comumente assumem postos de trabalho menos importantes ou percebem salários menores, ainda que desenvolvam atividade iguais aos demais trabalhadores.

Em 1996 o governo brasileiro começou a dar os primeiros passos efetivos para enfrentar o problema da discriminação de gênero e raça no país com o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, com o objetivo de orientar a formulação de políticas sobre o tema. Foram criados grupos de trabalho que, entre outros temas, discutiram questões referentes à promoção de igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

Em relação especificamente à questão de raça, foco desse trabalho, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, pela Medida Provisória N° 111, de 21 de março de 2003. Entre as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, está a incorporação da questão racial no âmbito da

ação governamental, sendo que caberá a SEPPIR trabalhar no sentido de estabelecer sólidas parcerias com outros ministérios e órgãos federais, incumbindo-se de garantir a inserção da perspectiva da promoção da igualdade racial em todas as políticas governamentais (saúde, educação, desenvolvimento agrário, segurança alimentar, segurança pública, trabalho, emprego e renda, previdência social, direitos humanos, assistência social e outras).

Esse artigo traça breves comentários sobre a participação do negro no mercado de trabalho brasileiro nos anos 1993, 2003 e 2013, a partir de informações autodeclaradas nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio. Na análise dos três anos, um resultado já chama atenção de modo positivo, que é o aumento percentual de pessoas que se declaram negras. Em 1993, 66,9 milhões (45,1%) das pessoas pesquisadas responderam que eram negras, em 2003 esse número aumenta para 83,2 milhões (47,4%) e em 2013 salta para 103,4 milhões (52,4%). De 1993 para 2003 a população brasileira cresceu 18,5% e a população negra autodeclarada cresceu 24,3%. Entre 2003 e 2013, a população total cresceu 12,5% e a população negra cresceu em nível muito próximo ao verificado na década anterior.

Tabela 1

Informação de raça/cor da população brasileira em 1993, 2003 e 2013.

1993						
RAÇA/COR	HOMENS	(%)	MULHERES	(%)	TOTAL	(%)
Branços	38.586.977	53,2	41.752.813	55,1	80.339.790	54,2
Negros	33.417.747	46,1	33.500.492	44,2	66.918.239	45,1
Pretos	3.808.771	5,3	3.713.306	4,9	7.522.077	5,1
Pardos	29.608.976	40,8	29.787.186	39,3	59.396.162	40,1
Amarelos	385.336	0,5	372.991	0,5	758.327	0,5
Indígenas	89.164	0,1	84.506	0,1	173.670	0,1
Ignorados	12.057	0,0	14.594	0,0	26.651	0,0
Total	72.491.281	100,0	75.725.396	100,0	148.216.677	100,0
(%)	48,9	-	51,1	-	100,0	-

2003						
RAÇA/COR	HOMENS	(%)	MULHERES	(%)	TOTAL	(%)
Branços	43.527.492	50,8	47.765.061	53,1	91.292.553	52,0
Negros	41.610.900	48,6	41.582.761	46,2	83.193.661	47,4
Pretos	5.207.426	6,1	5.161.337	5,7	10.368.763	5,9
Pardos	36.403.474	42,5	36.421.424	40,5	72.824.898	41,5
Amarelos	362.735	0,4	403.482	0,4	766.217	0,4
Indígenas	152.889	0,2	178.896	0,2	331.785	0,2
Ignorados	3.227	0,0	3.981	0,0	7.208	0,0
Total	85.657.243	100,0	89.934.181	100,0	175.591.424	100,0
(%)	48,8	-	51,2	-	100,0	-
2013						
RAÇA/COR	HOMENS	(%)	MULHERES	(%)	TOTAL	(%)
Branços	43.766.006	45,7	48.834.408	48,0	92.600.414	46,9
Negros	51.330.866	53,6	52.109.109	51,2	103.439.975	52,4
Pretos	7.955.632	8,3	7.834.818	7,7	15.790.450	8,0
Pardos	43.375.234	45,3	44.274.291	43,5	87.649.525	44,4
Amarelos	421.767	0,4	516.177	0,5	937.944	0,5
Indígenas	238.553	0,2	275.407	0,3	513.960	0,3
Ignorados	2.936	0,0	1.468	0,0	4.404	0,0
Total	95.760.128	100,0	101.736.569	100,0	197.496.697	100,0
(%)	48,5	-	51,5	-	100,0	-

Fontes: PNAD/IBGE. Elaboração: SPPS.

Mercado de Trabalho

A População Economicamente Ativa - PEA negra, a partir dos 16 anos de idade, em 1993 somava 28,9 milhões e passou a 39,7 milhões em 2003, crescimento de 37,1%. Em 2013 os trabalhadores negros economicamente ativos totalizavam 51,9 milhões, crescimento de 30,9% em relação a 2003. Na análise por faixa etária, os trabalhadores mais jovens, entre 16 e 24 anos, representavam 28,6% do total em 1993, passando a 25,5% em 2003 e recuando para 19,1% em 2013. Essa queda na PEA nessa faixa etária, associado ao baixo índice de desemprego atual no Brasil, pode apontar que existe entre os mais jovens um retardamento voluntário na busca do primeiro emprego, possivelmente com o intuito de melhorar seu nível de capacitação. O grupo de trabalhadores de 40 a 59 anos representava 26,3% do total em 1993, passando a 29,5% em 2003 e 35,0% em 2013.

Tabela 2

Distribuição percentual por faixa etária da PEA e PNEA negra em 1993, 2003 e 2013.

FAIXAS DE IDADE	1993		2003		2013	
	PEA	PNEA	PEA	PNEA	PEA	PNEA
16 a 24 anos	28,6	29,5	25,5	29,8	19,1	24,8
25 a 39 anos	39,0	24,5	39,1	21,1	39,2	18,2
40 a 59 anos	26,3	22,6	29,5	23,5	35,0	25,0
60 anos ou mais	6,2	23,3	5,9	25,6	6,6	32,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPPS.

Em relação ao nível de escolaridade para os declarados negros, com 16 anos ou mais, observa-se nos três anos estudados uma crescente evolução no número de pessoas com mais de nove anos de estudo, indicando maior número de pessoas terminando o segundo grau, bem como aumento no número daqueles que ingressam na universidade. Apenas entre os que contam com mais de 12 anos de estudo (provavelmente os que ingressaram ao nível superior), em 1993 eram apenas 4,2 milhões, em 2003 passaram a 11,6 milhões, crescimento de 178,1%. Em 2013 verifica-se mais um forte crescimento de 138,0% em relação a 2003, chegando a 27,6 milhões. É importante destacar que, em relação à População em Idade Ativa acima de 16 anos (PEA e PNEA), que em 1993, 2003 e 2013 eram, respectivamente, 41,1 milhões, 56,8 milhões e 77,6 milhões, o número de pessoas negras com mais de 12 anos de estudos representava no primeiro ano 10,2% desse total, em 2003 atinge 20,5% e em 2013 salta para 35,6%.

Tabela 3

Anos de estudo da população negra com 16 anos ou mais, em 1993, 2003 e 2013

	1993	2003	2013
Sem instrução e menos de 1 ano	10.827.927	10.275.900	10.180.509
De 1 a 8 anos de estudos	21.472.687	25.360.276	24.676.816
De 9 a 11 anos de estudo	4.575.624	9.533.942	15.120.099
12 anos de estudo ou mais	4.176.621	11.616.230	27.640.944
Total	41.052.859	56.786.348	77.618.368

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPSS.

A população negra ocupada em 1993 era de 27,0 milhões e passou a 35,4 milhões em 2003, crescimento de 31,1%. Em 2013 essa população ocupada salta para 48,0 milhões, crescimento em relação a 2003 de 35,6%. Nos três anos analisados, a taxa de ocupação entre os negros mantém-se em patamar muito próximo, cerca de 90%. Em todas as faixas etárias analisadas, observa-se queda na ocupação de 1993 para 2003 e recuperação de 2003 para 2013. No total, a população negra ocupada no Brasil cai de 93,4% em 1993 para 89,3% em 2003, voltando a subir para 92,5% em 2013, em nível ainda um pouco inferior ao observado em 1993.

Tabela 4

Distribuição percentual por faixa etária da população negra ocupada em 1993, 2003 e 2013

FAIXA ETÁRIA	1993	2003	2013
16 a 24 anos	88,3	80,2	83,4
25 a 39 anos	93,8	90,4	92,7
40 a 59 anos	97,1	94,2	96,1
60 anos ou mais	98,9	97,0	97,9
Total	93,4	89,3	92,5

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPSS.

Entre os ocupados, os trabalhadores negros com vínculo formal somavam 8,7 milhões em 1993 e representavam 34,2% desse contingente. Em 2003, esses trabalhadores ocupados alcançaram 12,0 milhões e representavam 36,0% desse grupo, saltando para 22,2 milhões em 2013, o que representa 49,3% do total. Entre 2003 e 2013 verifica-se

um forte crescimento de 85,8% no número de trabalhadores negros com vínculo formal. Uma causa do forte crescimento verificado nesse período está associada, de modo geral, à ampliação do emprego formal no Brasil, que já vem sendo apontada em vários estudos do Ministério da Previdência Social, ao destacar o aumento de contribuintes empregados do RGPS nos últimos anos. Outra possível causa, não estudada nesse trabalho, pode ter relação direta com o enfrentamento do problema racial no Brasil, sobretudo com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

Nos três anos analisados, percebe-se uma tendência de inversão entre as curvas de trabalhadores negros com vínculo formal e informal, acompanhando o efeito já ocorrido com os trabalhadores brancos. Somente em 2013 as curvas de trabalhadores formais e informais dos trabalhadores negros apontaram fortemente para uma tendência de inversão, enquanto que, para os trabalhadores brancos o nível de formalização, em 2013, já era de 56,9%.

Gráfico 1

Distribuição percentual de trabalhadores negros com vínculo formal e informal com idade entre 16 e 59 anos em 1993, 2003 e 2013.

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPPS.

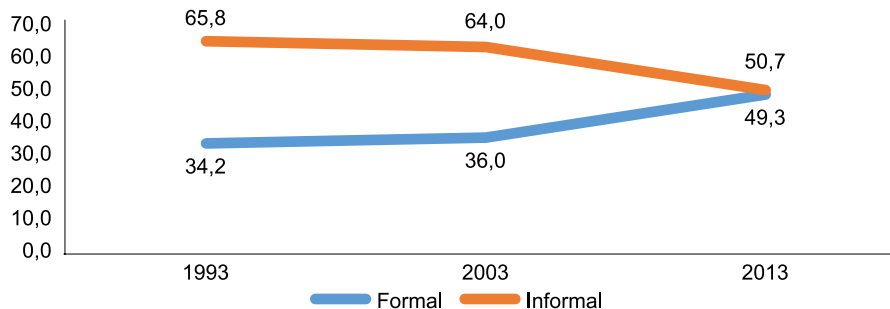
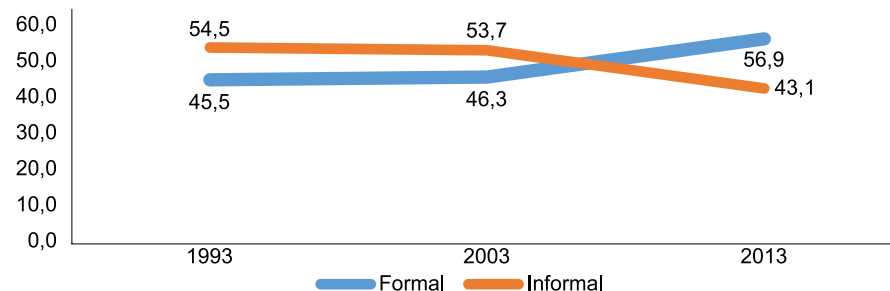


Gráfico 2

Distribuição percentual de trabalhadores brancos com vínculo formal e informal com idade entre 16 e 59 anos em 1993, 2003 e 2013.

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPPS.



Proteção Social

A Previdência Social possui indicadores de proteção social referentes aos trabalhadores empregados e autônomos vinculados a regimes de previdência, tanto em relação aos ocupados quanto aos aposentados. A informação é divulgada pelo MPS anualmente a partir dos micro dados da PNAD, geralmente disponibilizada nos meses de setembro de cada ano. Esse trabalho utilizou a mesma metodologia aplicada pelo ministério, com apenas um novo filtro para extrair a informação por raça.

Em 2013, 67,8% dos trabalhadores negros ocupados com idade entre 16 e 59 anos estavam socialmente protegidos. Tratam-se de 30,3 milhões de trabalhadores, que representam 47,3% do total de trabalhadores ocupados no Brasil. Apenas no RGPS, são 23,1 milhões de trabalhadores e representam 46,1% dos contribuintes do regime. Entre os segurados especiais, que são os agricultores familiares, o RGPS conta com 3,7 milhões de pessoas que se declararam negras, o que representa 59,2% do contingente de segurados especiais no país, apontando para uma predominância de agricultores familiares negros no campo.

A evolução da proteção social entre os ocupados com idade entre 16 e 59 anos segue a mesma tendência para os negros e brancos, como resultado direto dos diferentes estágios de estagnação ou crescimento da atividade econômica do país, com reflexo na geração de empregos formais. A recuperação do crescimento da economia, no início dos anos 2000, promove a retomada imediata da cobertura previdenciária, o que se verifica na comparação de 2003 com 2013.

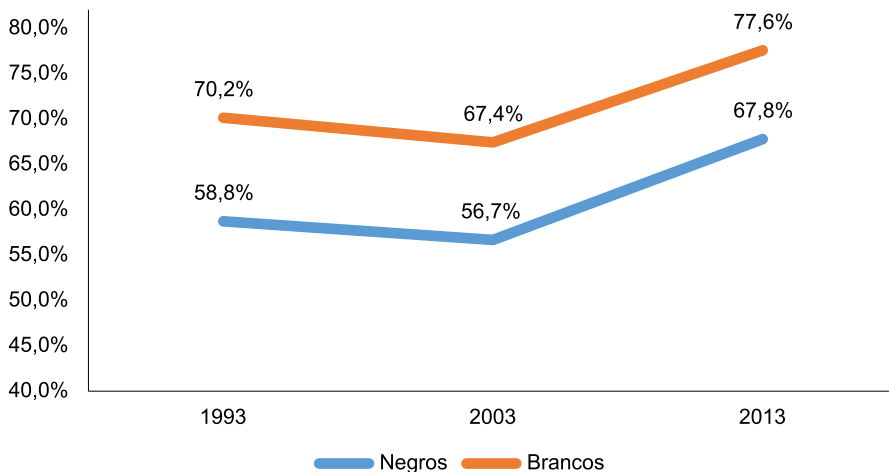


Gráfico 3

Proteção social entre os trabalhadores ocupados negros e brancos com idade entre 16 e 59 anos em 1993, 2003 e 2013.

*Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: SPSS.*

Em 2013, entre os idosos negros acima de 60 anos, 9,4 milhões estavam socialmente protegidos, o que representa uma cobertura de 80,1%. Na condição de apenas contribuinte, ou seja, idoso negro sem aposentadoria ou pensão, o Brasil somava, em 2013, 663,9 mil pessoas filiadas a um regime de previdência. Esse número é 154,8% maior do que aquele registrado em 2003, que era de 260,5 mil pessoas. De 1993 a 2003, o crescimento no número desses contribuintes foi de 31,7%. Entre os contribuintes brancos na mesma situação, de 1993 a 2003 foi registrado crescimento de 6,7% e de 2003 a 2013 de 106,4%.

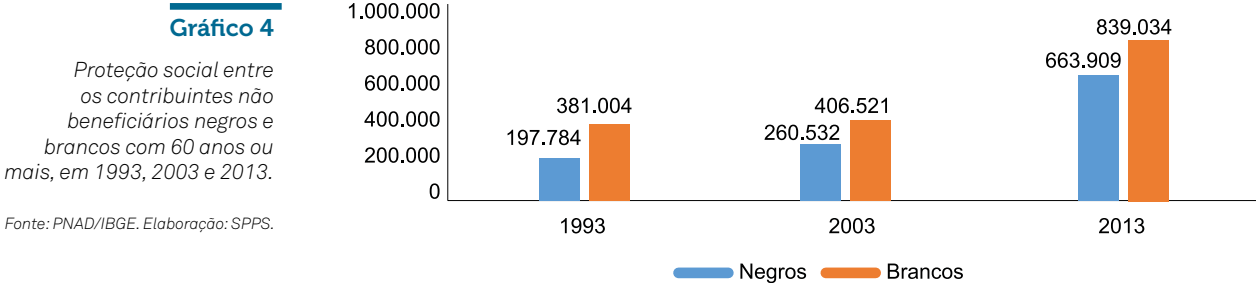
Tabela 5

Cobertura social entre os idosos negros com 60 anos ou mais, em 1993, 2003 e 2013.

CATEGORIAS	1993		2003		2013	
	EM QUANTIDADE	EM %	EM QUANTIDADE	EM %	EM QUANTIDADE	EM %
Aposentados	2.876.268	62,4	4.162.275	62,1	6.811.753	58,3
Pensionistas	434.222	9,4	712.687	10,6	1.058.025	9,1
Aposentados e pensionistas	72.990	1,6	345.911	5,2	828.324	7,1
Contribuintes não beneficiários	197.784	4,3	260.532	3,9	663.909	5,7
Protegidos (a)	3.581.264	77,6	5.481.405	81,7	9.362.011	80,1
Desprotegidos (b)	1.031.121	22,4	1.224.043	18,3	2.326.808	19,9
Total de residentes (a+b)	4.612.385	100,0	6.705.448	100,0	11.688.819	100,0

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: SPSS.

Na primeira década, o número de contribuintes negros idosos no mercado de trabalho era 2,5 vezes superior ao número de contribuintes brancos. Na segunda década, essa relação é praticamente de um para um. Isso aponta que existia maior dificuldade de aposentadoria entre os negros, comparados aos brancos.



Conclusão

Nas duas décadas analisadas, a primeira constatação relevante diz respeito ao aumento de pessoas que se autodeclararam negras: 66,9 milhões (1993), 82,3 milhões (2003) e 103,4 milhões (2013). Em relação ao mercado de trabalho, observou-se que a participação da população economicamente ativa negra de 16 a 24 anos diminuiu nos três anos analisados, sendo 28,6% do total em 1993, passando a 25,5% em 2003 e recuando para 19,1% em 2013. Essa queda na PEA nessa faixa etária, associado ao baixo índice de desemprego atual no Brasil, pode apontar que existe entre os mais jovens um retardamento voluntário na busca do primeiro emprego, possivelmente com o intuito de melhorar seu nível de capacitação. Em relação ao nível de escolaridade para os declarados negros, com idade acima de 16 anos, observa-se, nos três anos estudados, uma crescente evolução no número daqueles que ingressam na universidade, atingindo 27,6 milhões de pessoas negras com 12 anos ou mais de estudo em 2013.

A taxa de ocupação entre os negros, nos três anos analisados, mantém-se em patamar muito próximo, cerca de 90%. Em todas as faixas etárias analisadas, observa-se queda na ocupação de 1993 para 2003 e recuperação de 2003 para 2013. No que tange à população ocupada negra com vínculo formal e informal, observa-se, a partir de 2003, forte convergência entre ambas, com tendência a superação da população com vínculo formal, conforme já ocorrido com a população branca ocupada.

No que se refere à proteção social, a população negra seguiu a tendência de cobertura da população total ocupada de 16 a 59 anos. A recuperação do crescimento da economia, no início dos anos 2000, promove a retomada imediata da cobertura previdenciária, o que se verifica na comparação de 2003 com 2013. Entre os idosos negros contribuintes de algum regime de previdência com 60 anos ou mais, verifica-se que na primeira década, esse número era 2,5 vezes superior ao número de idosos contribuintes brancos. Na segunda década essa relação é praticamente de um para um. Isso aponta que existia maior dificuldade de aposentadoria entre os negros, comparados aos brancos.

Receitas e Despesas



Saldo Previdenciário e Arrecadação



NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (INPC DE FEV/2015)	
No mês (fevereiro/2015)	R\$ 5,88 bilhões
Acumulado em 2015	R\$ 11,59 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 63,47 bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Tabela 1

Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2014 e 2015) – Resultado de fevereiro – em R\$ milhões de fev./2015 – INPC.

	FEV-14 (A)	JAN-15 (B)	FEV-15 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO DO ANO		VAR. %
						2014	2015	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2)	27.262,6	26.216,9	26.989,6	2,9	(1,0)	53.845,2	53.206,5	(1,2)
1.1 Arrecadação Líquida Urbana Total	26.754,2	25.719,1	26.527,4	3,1	(0,8)	52.847,3	52.246,5	(1,1)
1.1.1 Arrecadação Líquida Urbana	25.693,8	24.023,7	24.881,8	3,6	(3,2)	50.737,3	48.905,5	(3,6)
1.1.2 Compensação Desoneração da Folha de Pagamento	1.060,1	1.694,5	1.644,6	(2,9)	55,1	2.109,5	3.339,1	58,3
1.1.3 Comprex	0,3	0,9	1,0	10,0	300,5	0,5	1,9	290,6
1.2 Arrecadação Líquida Rural	508,4	497,8	462,2	(7,2)	(9,1)	997,9	959,9	(3,8)
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	30.041,0	31.934,1	32.865,0	2,9	9,4	61.603,3	64.799,1	5,2
2.1 Benefícios Previdenciários	29.860,2	31.046,0	32.448,2	4,5	8,7	59.886,2	63.494,2	6,0
2.1.1 Urbano	23.494,7	23.929,7	25.088,5	4,8	6,8	46.665,5	49.018,2	5,0
2.1.2 Rural	6.365,4	7.116,3	7.359,7	3,4	15,6	13.220,7	14.476,0	9,5
2.2 Passivo Judicial	17,9	748,0	259,1	(65,4)	1.348,9	1.406,0	1.007,1	(28,4)
2.2.1 Urbano	14,1	576,5	200,3	(65,2)	1.323,8	1.085,3	776,9	(28,4)
2.2.2 Rural	3,8	171,4	58,8	(65,7)	1.441,6	320,7	230,2	(28,2)
2.3 Comprex	162,9	140,1	157,7	12,6	(3,2)	311,1	297,8	(4,3)
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(2.778,4)	(5.717,2)	(5.875,4)	2,8	111,5	(7.758,2)	(11.592,6)	49,4
3.1 Urbano (1.1 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	3.082,4	1.072,8	1.080,9	0,8	(64,9)	4.785,4	2.153,7	(55,0)
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(5.860,8)	(6.790,0)	(6.956,3)	2,4	18,7	(12.543,6)	(13.746,3)	9,6

Fonte: Fluxo de Caixa/INSS; Informar/INSS. Elaboração: SP/PS/MP/PS.

Resultado das Áreas Urbana e Rural



Em fevereiro de 2015, a arrecadação líquida urbana, incluída a arrecadação Comprex, foi de R\$ 26,5 bilhões, registrando crescimento de 3,1% (+R\$ 808,3 milhões) em relação a janeiro de 2015 e leve diminuição de 0,8% (-R\$ 226,7 milhões) frente a fevereiro de 2014. A arrecadação líquida rural foi de R\$ 462,2 milhões, com queda de 9,1% (-R\$ 46,3 milhões) em relação ao mesmo mês de 2014, e de 7,2% (-R\$ 35,6 milhões) quando comparado a janeiro de 2015, conforme se pode ver na Tabela 1.

A despesa com pagamento de benefícios urbanos, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, foi de R\$ 25,4 bilhões, em fevereiro de 2015, aumento de 3,2% (+R\$ 800,2 milhões) em relação a janeiro de 2015 e de 7,5% (+R\$ 1,8 bilhão), entre fevereiro de 2015 e o mês correspondente de 2014. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 7,4 bilhões em fevereiro de 2015, registrando crescimento de 1,8% (+R\$ 130,7 milhões), frente a janeiro de 2015 e de 16,5% (+R\$ 1,0 bilhão), quando comparado ao mês correspondente de 2014.

Em fevereiro de 2015, a clientela urbana registrou superávit de R\$ 1,1 bilhão. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 7,0 bilhões.

De janeiro a fevereiro de 2015, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprev, somou R\$ 52,2 bilhões, redução de 1,1% (-R\$ 600,8 milhões), frente ao mesmo período de 2014, e a arrecadação rural resultou em R\$ 959,9 milhões, queda de 3,8% (-R\$ 37,9 milhões). A despesa com benefícios previdenciários urbanos, incluída as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprev, totalizou R\$ 50,1 bilhões e R\$ 14,7 bilhões para a clientela rural, incluídas as sentenças judiciais rurais. No acumulado de 2015, o meio urbano somou um superávit de R\$ 2,1 bilhões, queda de 55,0% (-R\$ 2,6 bilhões), em relação ao mesmo período de 2014. Já no meio rural, a necessidade de financiamento foi de R\$ 13,7 bilhões, 9,6% (+R\$ 1,2 bilhão) maior que o valor registrado no mesmo período de 2014. Esse baixo valor de arrecadação, quando comparado ao pagamento de benefícios na área rural, é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

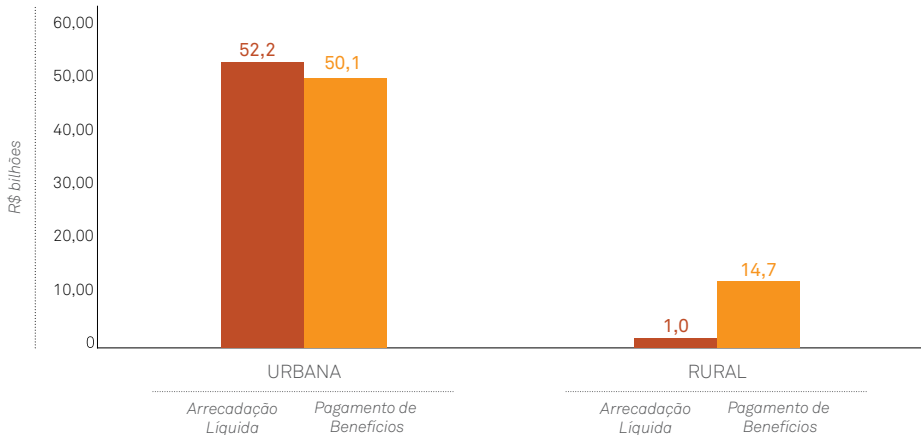


Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até fevereiro - R\$ bilhões de fev./2015 - INPC.

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS.*

RESULTADO EM CONJUNTO DAS ÁREAS URBANA E RURAL



A arrecadação líquida da Previdência Social, em fevereiro de 2015, foi de R\$ 27,0 bilhões, aumento de 2,9% (+R\$ 772,7 milhões) frente a janeiro de 2015 e leve declínio de 1,0% (-R\$ 273,0 milhões), quando comparado ao mesmo período de 2014. As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 32,9 bilhões, aumento de 2,9% (+R\$ 931,0 milhões) em relação a janeiro de 2015 e aumento de 9,4% (+R\$ 2,8 bilhões), entre fevereiro de 2015 e o mês correspondente de 2014, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 5,9 bilhões, 2,8% a mais que a necessidade de financiamento registrada em janeiro de 2015, conforme se pode ver na Tabela 2.

Tabela 2

*Arrecadação Líquida,
Benefícios Previdenciários
e Saldo Previdenciário
– fev./2014, jan./2015 e
fev./2015 – Valores em R\$
milhões de fev./2015 - INPC*

*Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo
sistema Informar) Elaboração: SPSPS/MPS.*

	FEV-14 (A)	JAN-15 (B)	FEV-15 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN a FEV)		VAR. %
						2014	2015	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	27.262,6	26.216,9	26.989,6	2,9	(1,0)	53.845,2	53.206,5	(1,2)
1.1. Receitas correntes	28.150,0	28.739,1	27.406,3	(4,6)	(2,6)	57.653,5	56.145,4	(2,6)
Pessoa física (1)	1.017,8	1.020,9	1.056,8	3,5	3,8	2.037,1	2.077,7	2,0
SIMPLES – Recolhimento em GPS (2)	1.298,4	1.306,2	1.312,7	0,5	1,1	2.594,1	2.618,9	1,0
SIMPLES – Repasse STN (3)	2.437,8	3.168,9	2.572,7	(18,8)	5,5	5.427,9	5.741,6	5,8
Empresas em geral	16.491,7	16.022,4	15.894,6	(0,8)	(3,6)	33.469,3	31.916,9	(4,6)
Setores desonerados – DARF	1.423,5	1.834,7	1.392,1	(24,1)	(2,2)	2.803,6	3.226,8	15,1
Entidades filantrópicas (4)	229,8	239,6	225,6	(5,8)	(1,8)	443,9	465,2	4,8
Órgãos do poder público – Recolhimento em GPS (5)	2.061,7	1.756,5	1.982,1	12,8	(3,9)	3.974,5	3.738,6	(5,9)
Órgãos do poder público – Retenção FPM/FPE (6)	600,1	709,2	632,8	(10,8)	5,5	1.236,3	1.342,0	8,5
Clubes de futebol	13,6	8,2	14,0	70,1	3,2	21,5	22,2	3,6
Comercialização da produção rural (7)	312,5	288,8	272,4	(5,7)	(12,8)	598,5	561,2	(6,2)
Retenção (11%)	1.972,9	2.035,5	1.668,3	(18,0)	(15,4)	4.473,1	3.703,8	(17,2)
Fundo de incentivo ao Ensino superior – FIES (8)	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-
Reclamatória trabalhista	249,9	184,3	209,7	13,8	(16,1)	483,1	393,9	(18,5)
Outras receitas	40,3	164,1	172,5	5,1	328,1	90,4	336,5	272,4
1.2. Recuperação de créditos	1.040,8	852,8	929,2	9,0	(10,7)	2.153,0	1.782,0	(17,2)
Arrecadação / Comprev / Dec. Nº 6.900/09	0,3	0,9	1,0	10,0	300,5	0,5	1,9	290,6
Arrecadação / Lei Nº 11.941/09	322,2	256,6	230,3	(10,3)	(28,5)	635,1	486,9	(23,3)
Programa de recuperação fiscal – REFIS (9)	8,1	10,2	4,7	(54,0)	(42,0)	15,9	14,9	(6,4)
Depósitos judiciais – Recolhimentos em GPS (10)	6,8	0,3	0,1	(65,2)	(98,5)	11,3	0,4	(96,6)
Depósitos judiciais – Repasse STN (11)	154,1	89,3	139,4	56,2	(9,5)	276,6	228,7	(17,3)
Débitos (12)	62,9	30,6	34,5	12,7	(45,2)	119,8	65,1	(45,7)

	FEV-14 (A)	JAN-15 (B)	FEV-15 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUMULADO (JAN A FEV)		VAR. %
						2014	2015	
Parcelamentos convencionais (13)	486,5	464,9	519,2	11,7	6,7	1.093,7	984,1	(10,0)
1.3. Restituições de contribuições (14)	(37,5)	(4,4)	(10,7)	143,9	(71,5)	(49,2)	(15,1)	(69,4)
1.4. Transferências a terceiros	(2.950,8)	(5.065,1)	(2.979,8)	(41,2)	1,0	(8.021,6)	(8.045,0)	0,3
1.5. Compensação da desoneração - STN	1.060,1	1.694,5	1.644,6	(2,9)	55,1	2.109,5	3.339,1	58,3
2. Despesas com benefícios previdenciários	30.041,0	31.934,1	32.865,0	2,9	9,4	61.603,3	64.799,1	5,2
Pagos pelo INSS	30.023,1	31.186,1	32.605,9	4,6	8,6	60.197,3	63.792,0	6,0
Sentenças judiciais - TRF (15)	17,9	748,0	259,1	(65,4)	1.348,9	1.406,0	1.007,1	(28,4)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(2.778,4)	(5.717,2)	(5.875,4)	2,8	111,5	(7.758,2)	(11.592,6)	49,4

No acumulado do primeiro bimestre de 2015, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 53,2 bilhões e R\$ 64,8 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 11,6 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2014, a arrecadação líquida diminuiu 1,2% (-R\$ 638,7 milhões) e as despesas com benefícios previdenciários aumentaram 5,2% (+R\$ 3,2 bilhões). A necessidade de financiamento teve aumento de 49,4%.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2015, que em fevereiro determinou o valor recebido por 67,3% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; e (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a um salário mínimo, concedido em janeiro de 2015, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2014.

Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

As receitas correntes foram de R\$ 27,4 bilhões, em fevereiro de 2015, queda de 2,6% (-R\$ 743,7 milhões), frente ao mês de fevereiro de 2014, e de R\$ 4,6% (-R\$ 1,3 bilhão), quando comparadas a janeiro de 2015. As rubricas Empresas em geral, Retenção e as empresas optantes pelo Simples – Repasse STN apresentaram redução, respectivamente, de 0,8% (-R\$ 127,8 milhões), 18,0% (-R\$ 367,2 milhões) e 18,8% (-R\$ 596,2 milhões), entre fevereiro e janeiro de 2015. Essas quedas são explicadas, basicamente, por pequenas oscilações no mercado de trabalho, que diminuem em função da dispensa do emprego temporário, que ocorre durante as festividades de fim de ano.

Tabela 2 (continuação)

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário – fev./2014, jan./2015 e fev./2015 – Valores em R\$ milhões de fev./2015 – INPC.

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS: Informar/DATAPREV. Elaboração: SPSS/MPS

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada por meio do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS

(1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.

(2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.

(3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.

(4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.

(5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.

(6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios.

(7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.

(8) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS por meio do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(9) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

(10) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência.

(11) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(12) Débitos quitados por meio de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(13) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito.

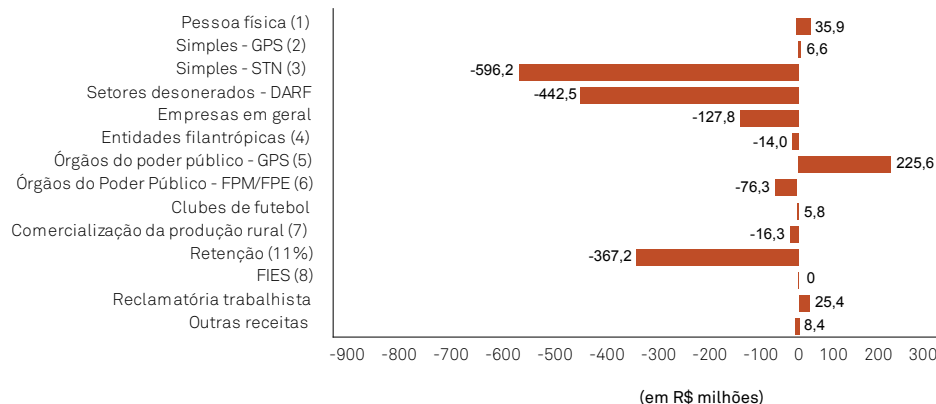
(14) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação.

(15) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagos pelo INSS.

Gráfico 2

Variação das Receitas Correntes (fevereiro) de 2015 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de fevereiro/2015 (INPC).

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS

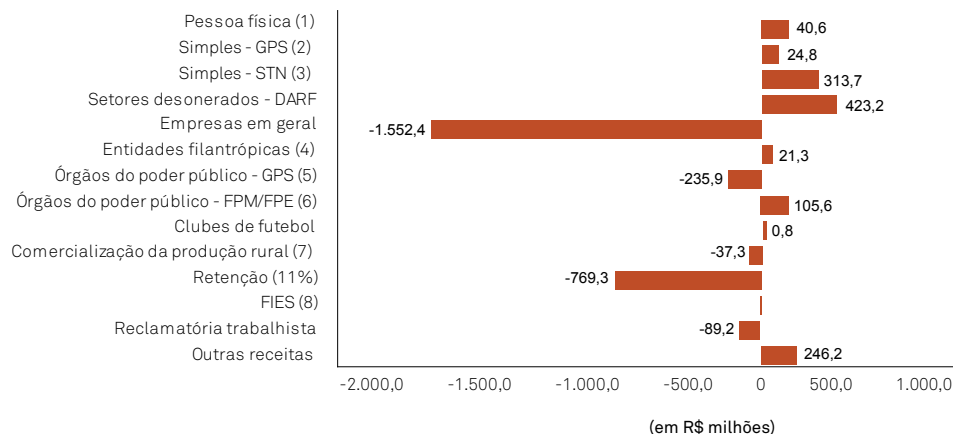


No acumulado do primeiro bimestre de 2015 as receitas correntes somaram R\$ 56,1 bilhões, 2,6% (-R\$ 743,7 milhões) a menos que o registrado no mesmo período de 2014. Cabe destacar as rubricas optantes pelo Simples, inclusive a contribuição dos empregados, que aumentaram 4,2% (+R\$ 338,5 milhões). Nos setores desonerados houve elevação de 15,1% (+R\$ 423,2 milhões). Já as rubricas Retenção (11%) e Empresas em geral tiveram queda de 17,2% (-R\$ 769,3 milhões) e 4,6% (-R\$ 1,5 bilhão), conforme se pode ver no Gráfico 3.

Gráfico 3

Variação das Receitas Correntes (janeiro a fevereiro) de 2015 em relação a fevereiro/2015 (INPC).

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPPS/MPS



De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de janeiro de 2015.

Mercado de Trabalho (Janeiro/2015)



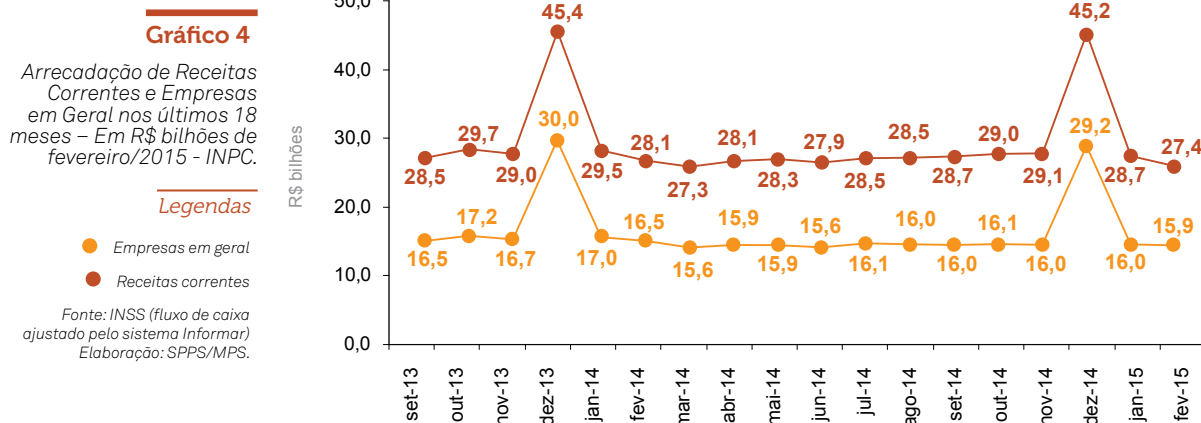
Em janeiro de 2015, de acordo com o CAGED, verificou-se a redução de 81.774 empregos formais, o equivalente à variação negativa de 0,20% em relação ao estoque de empregos do mês anterior. O saldo de janeiro foi oriundo de 1.600.094 admissões e de 1.681.868 desligamentos. Nos últimos 12 meses, verificaram-se a criação de 245.996 postos de trabalho, ou expansão de 0,60% no contingente de empregados celetistas do país. Entre os oito setores de atividade econômica, cinco apontaram recuo no nível de emprego. O Comércio, com a perda de 97.800 postos de trabalho (-1,04%), foi o principal setor responsável pelo desempenho negativo do mês. Em sequência vêm os setores: Construção Civil (- 9.729 postos ou - 0,32%), os Serviços (-7.141 postos ou - 0,04%), Administração Pública (- 2.395 postos ou - 0,27%) e Extrativa Mineral (- 1.793 postos ou - 0,81%). O emprego no conjunto das nove Áreas Metropolitanas registrou queda de 0,43% em janeiro de 2015, ou a perda de 72.626 postos de trabalho. Este resultado foi oriundo da redução em oito das nove regiões metropolitanas, com destaque para: Rio de Janeiro: -33.858 postos ou -1,15%; São Paulo: - 11.978 postos ou - 0,18% e Recife: -11.401 postos ou -1,21%; A Região Metropolitana que elevou o nível de emprego foi Curitiba (+1.445 postos ou + 0,14%). No interior desses aglomerados urbanos, o emprego apresentou redução de 0,06% (- 8.215 postos de trabalho), resultado mais favorável que o registrado para o conjunto das Áreas Metropolitanas. Os interiores dos estados desses aglomerados urbanos que mais contribuíram para este declínio foram: Minas Gerais (- 7.544 postos ou - 0,28%) e Rio de Janeiro (- 6.800 postos ou - 0,70%), cujos saldos superaram o aumento de postos de trabalho verificados no interior do Rio Grande do Sul (+ 9.437 postos ou + 0,63%) e Paraná (+ 5.268 postos ou + 0,32%).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, o contingente de pessoas ocupadas, em janeiro de 2015, foi estimado em 23,0 milhões para o conjunto das seis regiões, assinalando redução de 0,9% em relação ao mês de dezembro. Frente a janeiro de 2014, esse contingente não assinalou alteração. Regionalmente, a análise mensal mostrou que essa população manteve-se estável em todas as regiões, exceto em São Paulo, onde declinou 1,7%. Na comparação com janeiro de 2014, Salvador e Belo Horizonte registraram movimentação (3,9% e -1,9%, nesta ordem) e nas demais regiões pesquisadas o quadro foi de estabilidade. Na análise do contingente de ocupados por agrupamentos de atividade, para o conjunto das seis regiões, de dezembro de 2014 para janeiro de 2015, foi observada estabilidade em quase todos os grupos, exceto no da educação, saúde e administração pública (-3,2%). Em comparação com janeiro de 2014, verificou-se retração na indústria (6,0%) e elevação nos outros serviços (3,6%). O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, em janeiro de 2015, foi estimado em 11,6 milhões no conjunto das seis regiões pesquisadas. Este resultado ficou 2,1% abaixo do obtido em dezembro último e quando comparado com janeiro de 2014 também apresentou queda (-1,9%). A massa de rendimento médio real habitual dos ocupados foi estimada em 50,7 bilhões em janeiro de 2015, registrou queda de 0,4% em relação a dezembro último. Na comparação anual esta estimativa cresceu 2,0%.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES/IBGE mostrou que, em janeiro de 2015, o total do pessoal ocupado assalariado na indústria mostrou variação negativa de 0,1%, frente ao patamar do mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após assinalar acréscimo de 0,3% em dezembro último, quando interrompeu oito meses de taxas negativas consecutivas, período em que acumulou perda de 4,3%. Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral apontou variação negativa de 0,1% no trimestre encerrado em janeiro de 2015, frente ao patamar assinalado no mês anterior, e manteve a trajetória descendente iniciada em abril de 2013. Na comparação com igual mês do ano anterior, o emprego industrial mostrou queda de 4,1%, em janeiro de 2015, quadragésimo resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos 12 meses, ao recuar 3,4% em janeiro de 2015, manteve a trajetória descendente iniciada em setembro de 2013 (-1,0%). Em janeiro de 2015, o número de horas pagas recuou 5,2% no confronto com igual mês do ano anterior, com perfil disseminado de queda, já que 17 dos 18 ramos pesquisados apontaram redução. As principais influências negativas vieram de produtos de metal (-10,9%), meios de transporte (-8,4%), alimentos e bebidas (-2,9%), máquinas e equipamentos (-7,7%), outros produtos da indústria de transformação (-10,0%),

máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-8,5%), calçados e couro (-8,3%), metalurgia básica (-8,5%), vestuário (-3,8%) e papel e gráfica (-4,9%). Em sentido contrário, o setor de produtos químicos, com expansão de 1,0%, foi o único com resultado positivo nesse mês. A evolução do índice de média móvel trimestral reforça esse quadro de menor intensidade do mercado de trabalho do setor industrial, já que esse indicador prosseguiu, nas duas variáveis, com o desempenho predominantemente negativo desde o primeiro semestre de 2013. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos 12 meses, ao mostrar recuo de 1,8% em janeiro de 2015, apontou o resultado negativo mais intenso desde fevereiro de 2010 (-2,3%) e permaneceu com a trajetória descendente iniciada em janeiro de 2014 (1,6%).

Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria – CNI apontam que, em janeiro de 2015, o principal sinal de desaquecimento da indústria vem do faturamento real, que registrou queda de 2,6% na comparação com dezembro – desconsiderando-se os efeitos sazonais. Esse resultado sugere que a enfraquecida demanda doméstica segue como um limitador adicional à recuperação da indústria. No sentido oposto, as horas trabalhadas na produção e a utilização da capacidade instalada (UCI) cresceram em janeiro frente a dezembro: 1,9% e 0,4 ponto percentual (p.p.), respectivamente – nas séries livres de influências sazonais. Ainda assim, os dois indicadores permanecem em baixo nível, menores que o de janeiro de 2014 e próximos ao de setembro de 2009. As horas trabalhadas na produção subiram 1,9% em janeiro frente a dezembro — feito o ajuste sazonal —, interrompendo uma série de três quedas mensais seguidas. Mesmo com o resultado positivo no mês, o baixo ritmo da atividade ainda é evidente. O indicador atual de horas trabalhadas é 8,0% inferior ao registrado há 12 meses. O emprego ficou estável na passagem de dezembro para janeiro – de acordo com o indicador dessazonalizado. Esse é o segundo mês consecutivo que o indicador não mostra queda, depois de cair por nove meses seguidos em 2014. O nível de emprego atual é 3,5% inferior ao apurado em janeiro de 2014. A massa salarial real reduziu-se em 0,5% entre janeiro e dezembro — na série livre influências sazonais. Na comparação com janeiro do ano passado a queda é ainda mais intensa, de 3,3%.



Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

Em fevereiro de 2015, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 929,2 milhões, aumento de 9,0% (+R\$ 76,4 milhões), em relação a janeiro de 2015, e queda de 10,7% (-R\$ 111,6 milhões), frente a fevereiro de 2014. Entre fevereiro de 2015 e o mês anterior, a rubrica Parcelamentos convencionais registrou aumento de 11,7% (+R\$ 54,3 milhões). Já Depósitos judiciais recolhimentos em GPS teve queda de 65,2% e Repasse STN teve aumento de 56,2% (+R\$ 50,2 milhões), conforme se pode observar no Gráfico 5.

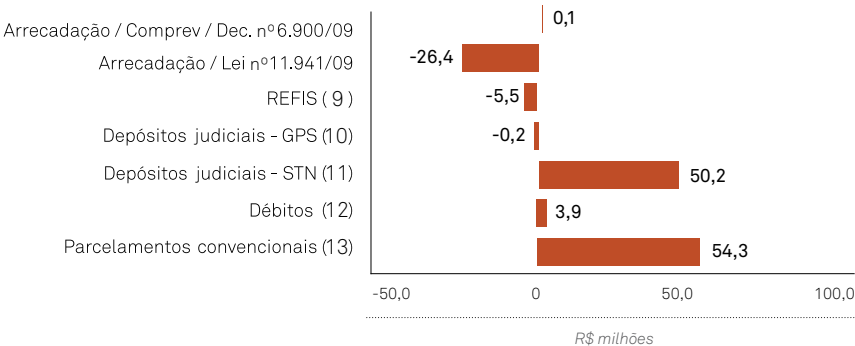


Gráfico 5

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (fevereiro/2015) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de fevereiro/2015 (INPC).

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SP/PS/MP/PS

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2015, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 1,8 bilhão, queda de 17,2% (-R\$ 371,0 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. A rubrica Depósitos judiciais – Recolhimento em GPS apresentou queda de 96,6% (-R\$ 11,0 milhões), entre o acumulado do primeiro bimestre 2015 e o período correspondente de 2014. Ainda com relação ao desempenho decrescente, nessa mesma comparação, destaca-se a rubrica Arrecadação / Lei Nº 11.941/09, que diminuiu 23,3% (-R\$ 148,1 milhões) e Parcelamentos convencionais, com redução de 10,0% (-R\$ 109,6 milhões), conforme pode ser visto no Gráfico 6.

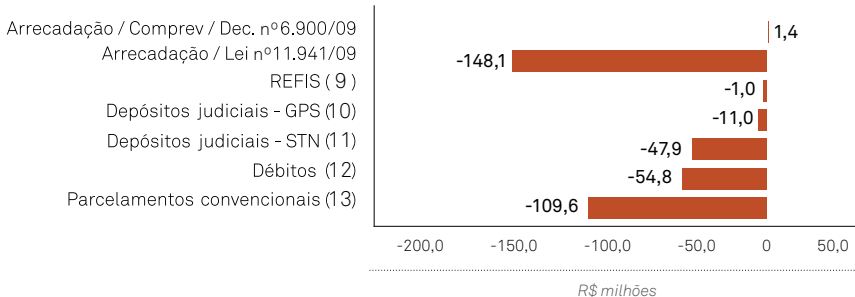


Gráfico 6

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (janeiro a fevereiro) de 2015 em relação a 2014 - Em R\$ milhões de fevereiro/2015 (INPC).

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SP/PS/MP/PS

Benefícios Emitidos e Concedidos



Em fevereiro de 2015, a quantidade de benefícios emitidos foi de 32,2 milhões de benefícios, aumento de 3,2 % (+1,0 milhão de benefícios) frente ao mesmo mês de 2014. Nessa mesma comparação, os Benefícios assistenciais tiveram o maior percentual de aumento, de 3,4% (+143,8 mil benefícios), seguidos dos Benefícios previdenciários, que cresceram 3,3% (+860,9 mil benefícios) e os Benefícios acidentários, com aumento de 0,7% (+6,2 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (fev./2014, jan./2015 e fev./2015).

*Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPSPS/MPSP*

	FEV-14 (A)	JAN-15 (B)	FEV-15 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)
TOTAL	31.189.374	32.168.350	32.199.341	0,1	3,2
PREVIDENCIÁRIOS	26.133.455	26.969.255	26.994.401	0,1	3,3
Aposentadorias	17.410.973	17.975.370	18.022.680	0,3	3,5
Idade	9.201.246	9.528.258	9.555.583	0,3	3,9
Invalidez	3.126.174	3.178.845	3.183.459	0,1	1,8
Tempo de contribuição	5.083.553	5.268.267	5.283.638	0,3	3,9
Pensão por morte	7.173.858	7.323.479	7.337.654	0,2	2,3
Auxílio-doença	1.380.462	1.491.969	1.459.148	(2,2)	5,7
Salário-maternidade	77.056	78.204	75.254	(3,8)	(2,3)
Outros	91.106	100.233	99.665	(0,6)	9,4
ACIDENTÁRIOS	847.046	858.017	853.279	(0,6)	0,7
Aposentadorias	190.041	196.570	197.052	0,2	3,7
Pensão por morte	120.200	118.339	118.213	(0,1)	(1,7)
Auxílio-doença	170.067	171.570	166.231	(3,1)	(2,3)
Auxílio-acidente	305.373	313.330	313.798	0,1	2,8
Auxílio-suplementar	61.365	58.208	57.985	(0,4)	(5,5)
ASSISTENCIAIS	4.184.928	4.318.067	4.328.719	0,2	3,4
Amparos Assistenciais - LOAS	3.987.057	4.139.834	4.151.845	0,3	4,1
Idoso	1.830.476	1.879.706	1.885.193	0,3	3,0
Portador de deficiência	2.156.581	2.260.128	2.266.652	0,3	5,1
Pensões mensais	-	-	-	-	-
Vitalícias	-	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias	197.871	178.233	176.874	(0,8)	(10,6)
Idade	39.888	33.559	33.118	(1,3)	(17,0)
Invalidez	157.983	144.674	143.756	(0,6)	(9,0)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	23.945	23.011	22.942	(0,3)	(4,2)

Entre o primeiro bimestre de 2015 e o período correspondente de 2014, cabem destacar as aposentadorias por tempo de contribuição, que cresceram 3,9% (+200,1 mil aposentadorias), as aposentadorias por idade, com aumento de 3,9% (+354,3 mil aposentadorias), as pensões por morte, com elevação de 2,3% (+163,8 mil benefícios) e o auxílio-doença, que subiu 5,7% (+78,7 mil benefícios).

Da quantidade média de 32,2 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a fevereiro de 2015, 58,0% (18,7 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 28,5% (9,2 milhões) a beneficiários da área rural e 13,4% (4,3 milhões) aos assistenciais (Gráfico 7). De 2007 a 2015, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 30,6% no meio urbano, de 25,6% no meio rural e de 46,5% nos assistenciais.

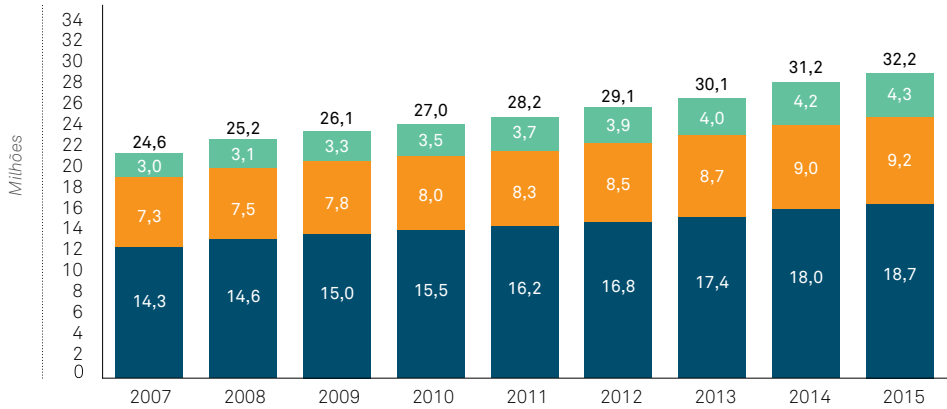


Gráfico 7

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2007 a 2015) - Em milhões de benefícios - Média de janeiro a fevereiro.

Legenda

Urbano

Rural

Assistencial

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 1.040,77, média de janeiro a fevereiro de 2015, aumento 0,5% em relação ao mesmo período de 2014. Entre o acumulado de janeiro a fevereiro de 2015 e período correspondente de 2008, o valor médio real dos benefícios emitidos cresceu 22,4% (Gráfico 8).

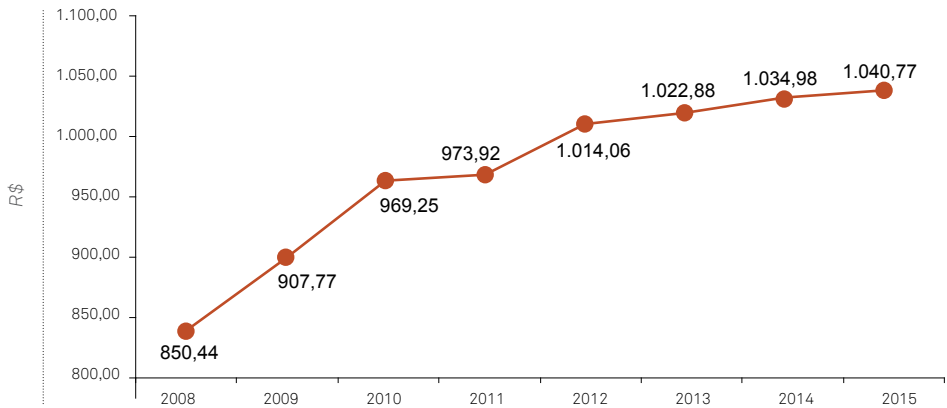


Gráfico 8

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de janeiro a fevereiro de cada ano) - 2008 a 2015 - em R\$ de fev./2015 (INPC)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPPS/MPS

Em fevereiro de 2015, foram concedidos 366,3 mil novos benefícios, queda de 1,9% (-7,2 mil benefícios) em relação ao mês anterior e de 16,9% (-74,7 mil benefícios), quando comparado com fevereiro de 2014. Entre fevereiro de 2015 e o mês anterior, os Benefícios previdenciários e acidentários diminuíram, respectivamente, 2,0% (-6,4 mil benefícios) e 5,2% (-1,1 mil benefícios). Já os Benefícios assistenciais tiveram aumento de 1,3% (+321 benefícios), nessa mesma comparação, conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (fev./2014, jan./2015 e fev./2015 e acumulado de janeiro a fevereiro (2014 e 2015).

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS. Elaboração: SPPS/MPS

	FEV-14 (A)	JAN-15 (B)	FEV-15 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A FEV		VAR. %
						2014	2015	
TOTAL	440.939	373.498	366.274	(1,9)	(16,9)	818.094	739.772	(9,6)
PREVIDENCIÁRIOS	383.457	328.813	322.366	(2,0)	(15,9)	712.128	651.179	(8,6)
Aposentadorias	97.011	83.978	82.440	(1,8)	(15,0)	179.986	166.418	(7,5)
Idade	53.507	47.200	45.145	(4,4)	(15,6)	100.658	92.345	(8,3)
Invalidez	17.265	13.552	13.541	(0,1)	(21,6)	31.080	27.093	(12,8)
Tempo de contribuição	26.239	23.226	23.754	2,3	(9,5)	48.248	46.980	(2,6)
Pensão por morte	34.081	31.364	29.298	(6,6)	(14,0)	67.005	60.662	(9,5)
Auxílio-doença	198.464	164.602	162.367	(1,4)	(18,2)	363.264	326.969	(10,0)
Salário-maternidade	51.073	46.502	45.898	(1,3)	(10,1)	96.668	92.400	(4,4)
Outros	2.828	2.367	2.363	(0,2)	(16,4)	5.205	4.730	(9,1)
ACIDENTÁRIOS	27.034	20.857	19.776	(5,2)	(26,8)	51.343	40.633	(20,9)
Aposentadorias	1.010	733	749	2,2	(25,8)	1.823	1.482	(18,7)
Pensão por morte	45	28	26	(7,1)	(42,2)	71	54	(23,9)
Auxílio-doença	24.414	18.793	17.786	(5,4)	(27,1)	46.175	36.579	(20,8)
Auxílio-acidente	1.551	1.295	1.206	(6,9)	(22,2)	3.251	2.501	(23,1)
Auxílio-suplementar	14	8	9	12,5	(35,7)	23	17	(26,1)
ASSISTENCIAIS	30.392	23.781	24.093	1,3	(20,7)	54.516	47.874	(12,2)
Amparos Assistenciais - LOAS	30.392	23.781	24.093	1,3	(20,7)	54.516	47.874	(12,2)
Idoso	13.896	11.731	11.211	(4,4)	(19,3)	26.071	22.942	(12,0)
Portador de deficiência	16.496	12.050	12.882	6,9	(21,9)	28.445	24.932	(12,4)
Pensões mensais vitalícias	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias	-	-	-	-	-	-	-	-

	FEV-14 (A)	JAN-15 (B)	FEV-15 (C)	VAR. % (C / B)	VAR. % (C / A)	ACUM. JAN. A FEV		VAR. %
						2014	2015	
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	56	47	39	(17,0)	(30,4)	107	86	(19,6)

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2015, a quantidade de benefícios concedidos foi de 739,8 mil benefícios, 9,6% (-78,3 mil benefícios) a menos que o mesmo período de 2014. Todos os grandes grupos apresentaram redução, nessa mesma comparação: os Benefícios previdenciários, de 8,6% (-60,9 mil benefícios), os Benefícios assistenciais, de 12,2% (-6,6 mil benefícios) e os Benefícios acidentários 20,9% (-10,7 mil benefícios).

Cabe observar que a concessão mensal de benefícios está sujeita a uma série de particularidades como número de dias úteis, disponibilidade de perícia médica, etc., o que pode prejudicar a comparação e análise mensal dos dados. Já anualmente é possível estabelecer uma base de comparação mais estável.

Tabela 4 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (fev./2014, jan./2015 e fev./2015 e acumulado de janeiro a fevereiro (2014 e 2015)).

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS • Elaboração: SPPS/MPS



The background of the image is a blurred photograph of a financial newspaper. The left side shows a table of stock prices with various company names and numerical values. The right side features a green vertical overlay containing a line graph and some text. The word 'Anexos' is written in white on the green background.

Anexos

Tabela 1

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios.

(R\$ milhões de fev/2015 - INPC)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: SPSPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do Simples. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
				(D)		
VALORES REFERENTES AO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE FEVEREIRO, A PREÇOS DE FEV/2015 INPC						
2005	29.329	2.735	26.594	37.367	140,5	(10.773)
2006	32.019	3.167	28.852	40.852	141,6	(12.000)
2007	35.400	3.573	31.827	42.206	132,6	(10.379)
2008	40.119	5.038	35.081	45.885	130,8	(10.803)
2009	41.303	5.366	35.938	48.674	135,4	(12.737)
2010	45.744	5.810	39.934	50.148	125,6	(10.214)
2011	51.262	6.555	44.707	52.827	118,2	(8.119)
2012	53.754	7.136	46.618	56.505	121,2	(9.887)
2013	56.820	7.528	49.292	60.265	122,3	(10.972)
2014	61.867	8.022	53.845	61.603	114,4	(7.758)
2015	61.251	8.045	53.206	64.799	121,8	(11.593)
fev/13	27.712	2.843	24.869	28.797	115,8	(3.928)
mar/13	28.290	2.732	25.557	31.232	122,2	(5.674)
abr/13	31.070	2.736	28.334	35.266	124,5	(6.932)
mai/13	30.009	2.766	27.243	30.598	112,3	(3.354)
jun/13	29.690	2.855	26.835	30.378	113,2	(3.543)
jul/13	30.355	2.830	27.526	30.970	112,5	(3.444)
ago/13	30.616	2.897	27.718	34.105	123,0	(6.387)
set/13	30.684	2.880	27.804	40.873	147,0	(13.069)
out/13	31.014	2.917	28.097	31.092	110,7	(2.995)
nov/13	31.121	2.921	28.200	33.674	119,4	(5.474)
dez/13	48.387	2.865	45.522	39.575	86,9	5.947
jan/14	31.653	5.071	26.583	31.562	118,7	(4.980)
fev/14	30.213	2.951	27.263	30.041	110,2	(2.778)

continua ■

PERÍODO	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	E=(D/C)	F=(C - D)
				(D)		
mar/14	29.720	2.988	26.732	31.570	118,1	(4.838)
abr/14	31.328	2.927	28.401	31.656	111,5	(3.255)
mai/14	30.914	2.888	28.026	32.113	114,6	(4.087)
jun/14	30.931	2.690	28.241	32.978	116,8	(4.737)
jul/14	31.098	2.958	28.140	33.382	118,6	(5.242)
ago/14	32.133	2.935	29.199	35.338	121,0	(6.139)
set/14	31.696	3.004	28.692	42.913	149,6	(14.220)
out/14	31.609	2.960	28.649	31.652	110,5	(3.003)
nov/14	32.714	2.946	29.768	37.940	127,5	(8.172)
dez/14	47.932	3.053	44.879	43.063	96,0	1.816
jan/15	31.282	5.065	26.217	31.934	121,8	(5.717)
fev/15	29.969	2.980	26.990	32.865	121,8	(5.875)

conclusão ■

Tabela 3 (continuação)

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de fev./2015 - INPC).

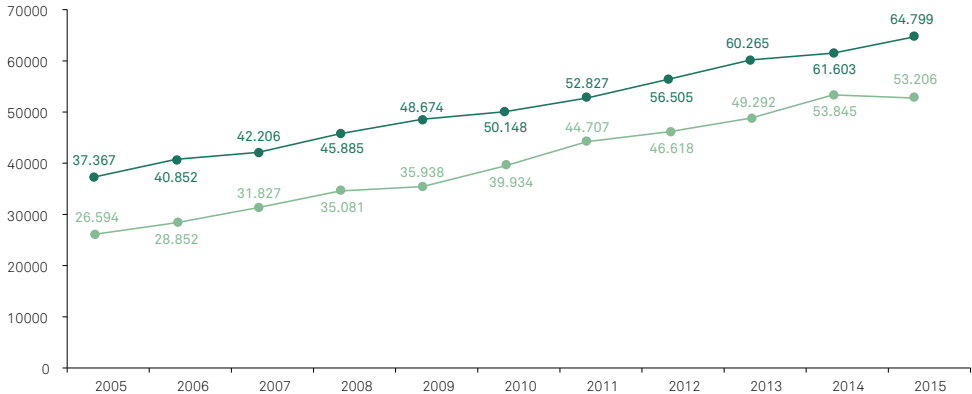


Gráfico 1

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de fevereiro de cada ano, em R\$ milhões de fev./2015 - INPC)

Legenda

- Arrecadação Líquida
- Benefícios Previdenciários

*Secretaria de Políticas
de Previdência Social*



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL